

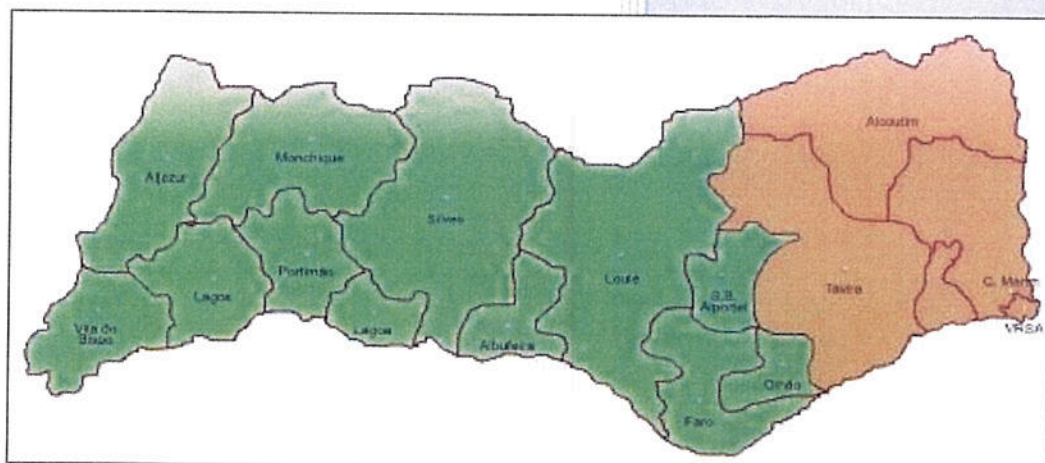


Ministério da Saúde



2011

# Regulamento Interno



Deliberado em reunião de  
07/07/2011 do Conselho  
Directivo da Administração  
Regional de Saúde do Algarve, I.P.  
Exarado na Acta n.º 26  
Ponto: 2

ACES Sotavento

## **ÍNDICE**

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

ARTIGO 1.º – OBJECTO	3
ARTIGO 2.º – NATUREZA JURÍDICA	3
ARTIGO 3.º – OBJECTIVOS	3
ARTIGO 4.º – ÁREA DE INFLUÊNCIA	4
ARTIGO 5.º – MISSÃO	4
ARTIGO 6.º – VALORES	4
ARTIGO 7.º – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	4
ARTIGO 8.º – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	5

### **CAPÍTULO II**

#### **DOS UTENTES**

ARTIGO 9.º – UTENTES	6
ARTIGO 10.º – DIREITOS	6
ARTIGO 11.º – DEVERES	7

### **CAPÍTULO III**

#### **ÓRGÃOS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO**

ARTIGO 12.º – ÓRGÃOS E ESTRUTURA	7
ARTIGO 13.º – FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS	9

### **CAPÍTULO IV**

#### **NORMAS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA**

ARTIGO 14.º – TIPOLOGIA DOS SERVIÇOS	10
<b>SECÇÃO I – SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS</b>	<b>11</b>
ARTIGO 15.º – ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS	11
ARTIGO 16.º – CARACTERÍSTICAS COMUNS	11
ARTIGO 17.º – UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR	11
ARTIGO 18.º – UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS	12
ARTIGO 19.º – UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE	12
ARTIGO 20.º – UNIDADE DE RECURSOS ASSISTENCIAIS PARTILHADOS	13
ARTIGO 21.º – UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA	13
ARTIGO 22.º – SERVIÇO DE URGÊNCIA BÁSICA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	13
ARTIGO 23.º – COORDENAÇÃO DAS UNIDADES FUNCIONAIS	14
ARTIGO 24.º – REGULAMENTOS INTERNOS	15



<b>SECÇÃO II – SERVIÇOS DE APOIO</b>	<b>15</b>
ARTIGO 25.º – SERVIÇOS DE APOIO	15
ARTIGO 26.º – UNIDADE DE APOIO À GESTÃO	15
ARTIGO 27.º – GABINETE DO CIDADÃO	16
<b>SECÇÃO III – FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA DE GESTÃO</b>	<b>16</b>
ARTIGO 28.º – FUNCIONAMENTO	16
ARTIGO 29.º – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	17
ARTIGO 30.º – ESTRUTURA DE GESTÃO	17

## **CAPÍTULO V**

### **GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

ARTIGO 31.º – INSTRUMENTOS DE GESTÃO	17
ARTIGO 32.º – CONTRATOS-PROGRAMA	18
ARTIGO 33.º – RECEITAS E DESPESAS	18
ARTIGO 34.º – INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO	19
ARTIGO 35.º – PRESTAÇÃO DE CONTAS	19
ARTIGO 36.º – ORGANOGRAMA	19
ARTIGO 37.º – PLANO DE SEGURANÇA	20

## **CAPÍTULO VI**

### **DA LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE**

ARTIGO 38.º – RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE	20
---	----

## **CAPÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

ARTIGO 39.º – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LACUNAS DO REGULAMENTO	21
ARTIGO 40.º – REVISÃO DO REGULAMENTO	21
ARTIGO 41.º – ENTRADA EM VIGOR	21

## **ANEXOS**

ANEXO I – LISTA DE ENDEREÇOS UNIDADES DO ACES SOTAVENTO	
---	--

**REGULAMENTO INTERNO DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO SOTAVENTO**

*[Handwritten signatures and initials: a large signature, 'R', and 'MS']*

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 1.º**  
**OBJECTO**

O presente Regulamento tem por objecto definir os termos em que se deve pautar a organização interna do Agrupamento de Centros de Saúde Algarve III Sotavento (adiante designado ACES Sotavento).

**ARTIGO 2.º**  
**NATUREZA JURÍDICA**

1. O ACES Sotavento constitui um serviço desconcentrado da Administração Regional de Saúde do Algarve, IP (adiante ARS Algarve).
2. O ACES Sotavento é um serviço de saúde com autonomia administrativa, constituído por várias unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários, individualizado por localização e denominação determinada;
3. O ACES identifica-se complementarmente mediante logótipo próprio aprovado pela ARS Algarve, IP.

**ARTIGO 3.º**  
**OBJECTIVOS**

Constituem objectivos do ACES Sotavento, os seguintes:

1. Contribuir para a obtenção de ganhos em saúde na população;
2. Promover a saúde e a sua vigilância;
3. Promover a prevenção, o diagnóstico, o tratamento da doença e a reabilitação, através do planeamento e da prestação de cuidados, bem como do desenvolvimento de actividades específicas dirigidas globalmente ao indivíduo, à família, a grupos especialmente vulneráveis e à comunidade;
4. Garantir a humanização dos cuidados e os direitos dos utentes;
5. Melhorar o acesso e a adequação da oferta de serviços;
6. Melhorar a eficiência técnica e económica;
7. Potencia a inovação e a integração das intervenções em saúde, promove as boas práticas clínicas e de acção comunitária, capacita os seus recursos humanos e reforça a articulação institucional;

8. Desenvolver actividades de vigilância epidemiológica, investigação em saúde, controlo e avaliação dos resultados e participam na formação de diversos grupos profissionais nas suas diferentes fases pré-graduada, pós-graduada e contínua.

**ARTIGO 4.º**  
**ÁREA DE INFLUÊNCIA**

A Área de influência do ACES Sotavento é a correspondente aos Centros de Saúde de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António.

**ARTIGO 5.º**  
**MISSÃO**

O ACES Sotavento tem como missão assegurar a prestação de cuidados de saúde primários, integrados e sustentados, de forma a garantir à população do Sotavento Algarvio uma vida mais saudável, mais longa e com maior qualidade.

**ARTIGO 6.º**  
**VALORES**

Os valores pelos quais se pauta a actuação do ACES Sotavento, são os seguintes:

1. Promoção da participação dos utentes e da comunidade na sua actividade;
2. Honestidade, cultura de respeito e transparência nas decisões;
3. Estímulo da inovação e da formação dos profissionais, tendo como fim último a melhoria contínua do desempenho.

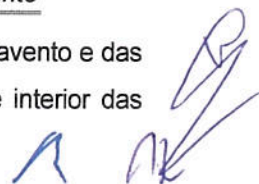
**ARTIGO 7.º**  
**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**

1 – O ACES Sotavento assegura aos utentes a máxima acessibilidade possível, nomeadamente através do princípio do atendimento no próprio dia e marcação de consultas para hora determinada;

2 – Os centros de saúde componentes do ACES Sotavento asseguram o seu funcionamento normal entre as 8 e as 20 horas nos dias úteis, e, eventualmente aos sábados, domingos e feriados, em função das necessidades em saúde da população e características geodemográficas da área por ele abrangida e da disponibilidade de recursos;



3 – O horário de funcionamento dos centros de saúde componentes do ACES Sotavento e das suas unidades é publicitado, designadamente, através da afixação no exterior e interior das instalações.



### **Artigo 8.º**

#### **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O ACES Sotavento rege-se pelo presente Regulamento Interno, e ainda, sem prejuízo de situações previstas noutros diplomas, pela seguinte legislação:

- a) Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto (Lei de Bases da Saúde);
- b) Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro (Estatuto do Serviço Nacional de Saúde);
- c) Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de Abril (Estabelece o enquadramento, organização e funcionamento da Unidade de Saúde Pública);
- d) Artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 286/1999, de 27 de Julho (Estabelece a organização dos serviços de saúde pública);
- e) Despacho Normativo n.º 9/2006, de 16 de Fevereiro (Regulamento para o lançamento e implementação das Unidades de Saúde Familiar);
- f) Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho (Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados);
- g) Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de Agosto (Regime jurídico da organização e funcionamento das Unidades de Saúde Familiar);
- h) Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 102/2009, de 11 de Maio e rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 20/2008, de 17 de Abril (Criação dos ACES do SNS, regime de organização e funcionamento);
- i) Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas);
- j) Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro (Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas);
- k) Portaria n.º 276/2009, de 18 de Março, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 31/2009, de 14 de Maio (Criação dos ACES com indicação da sua sede, delimitação geográfica, centros de saúde incluídos, número de utentes inscritos e recursos humanos afectos);
- l) Despacho n.º 10143/2009, de 20 de Março (Unidade de Cuidados na Comunidade — Regulamento da Organização e Funcionamento);
- m) Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de Abril (Estabelece o regime jurídico da designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridades de saúde).

**CAPÍTULO II**

**Dos Utentes**

**ARTIGO 9.º**

**UTENTES**

As diferentes unidades funcionais do ACES Sotavento prestam serviços, de forma programada e não programada aos seguintes utentes:

- a) Utentes inscritos nos Centros de Saúde que constituem o ACES Sotavento;
- b) Utentes inscritos temporariamente nos referidos centros de saúde;
- c) Utentes institucionalizados no âmbito das suas atribuições e competências.

**ARTIGO 10.º**

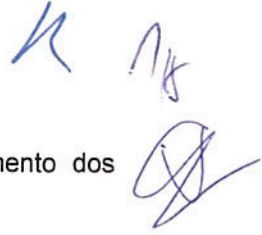
**DIREITOS**

Os utentes têm direito, designadamente:

- a) À livre escolha dos agentes prestadores e dos serviços, dentro dos limites existentes em matéria de recursos humanos e materiais;
- b) A serem tratados no respeito pela dignidade da pessoa humana, com os meios adequados, e tempestivamente, de forma tecnicamente adequada;
- c) À confidencialidade de toda a informação clínica e elementos de identificação que lhe digam respeito, com preservação dos dados da sua vida privada;
- d) A darem ou recusarem o seu consentimento, antes de qualquer acto clínico ou participação em investigação ou ensino;
- e) A serem informados sobre o seu estado de saúde, sobre o prognóstico e sobre alternativas possíveis ao tratamento proposto;
- f) A serem informados sobre o funcionamento dos serviços;
- g) A apresentarem petições, reclamações ou sugestões;
- h) Ao respeito pelas suas convicções culturais, filosóficas e religiosas, e eventualmente a receberem assistência religiosa caso o manifestem;
- i) A constituírem representantes que defendam os seus interesses;
- j) A constituírem associações que colaborem com o ACES Sotavento ou com as suas unidades, designadamente as que promovam a defesa da saúde, associações de utentes, grupos de amigos ou corpo de voluntários das unidades de saúde;
- k) A solicitarem a marcação de consulta programada com hora determinada dentro do horário fixo do seu médico de família;
- l) A serem informados sobre a estimativa temporal próxima para o atendimento a efectuar num dos centros de saúde componentes do ACES Sotavento, ou nas suas unidades de saúde.

**ARTIGO 11.º**

**DEVERES**



Entre outros que decorram da lei, os utentes devem assegurar o cumprimento dos seguintes deveres:

- a) Promoverem a defesa do seu próprio estado de saúde;
- b) Fornecerem aos profissionais de saúde todas as informações necessárias à prestação de cuidados;
- c) Respeitarem a terapêutica instituída, sem prejuízo do exercício do direito de recusa identificado na alínea d) do artigo anterior;
- d) Respeitarem os direitos de outros utentes e dos profissionais que exercem o seu trabalho no ACES Sotavento;
- e) Respeitarem as regras de organização e funcionamento instituídas, colaborando com os profissionais de saúde quanto à sua própria situação;
- f) Serem identificados perante o sistema de saúde, através da apresentação dos documentos respectivos;
- g) Pagarem tempestivamente os encargos que resultam da prestação de cuidados de saúde, designadamente as taxas moderadoras, conforme legislação em vigor;
- h) Respeitarem os equipamentos e instalações que são património do ACES Sotavento.

**CAPÍTULO III**

**ÓRGÃOS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO**

**ARTIGO 12.º**

**ÓRGÃOS E ESTRUTURA**

São órgãos do ACES Sotavento:

- 1. O Director Executivo
- 2. O Conselho Executivo
- 3. O Conselho Clínico
- 4. O Conselho da Comunidade

**1. Do Director Executivo:**

- a) O Director Executivo é designado pelo membro do governo responsável pela saúde, sob proposta fundamentada do conselho directivo da ARS Algarve, I.P.;
- b) As competências do Director Executivo são as previstas no artigo 20º do decreto-lei 28/2008 de 22 de Fevereiro. Compete ao Director Executivo a articulação com a ARS Algarve, I.P.;



- c) O Director Executivo pode delegar nos termos da lei no presidente do Conselho Clínico, no todo ou em parte as suas competências. É nomeado por um período não superior a três anos, podendo ser renovável por igual período;
- d) As suas funções cessarão nos termos do decreto-lei 28/2008 de 22 de Fevereiro, artigo 22º.

2. Do Conselho Executivo:

- a) As competências do Conselho Executivo são as previstas no artigo 24º do Decreto-Lei 28/2008 de 22 de Fevereiro;
- b) O Conselho Executivo é composto por pelo Director Executivo que preside, pelo presidente do Conselho Clínico e pelo presidente do Conselho da Comunidade.

3. Do Conselho Clínico:

- a) O Conselho Clínico é composto por um Presidente e três Vogais;
- b) O Presidente do Conselho Clínico é designado pelo Conselho Directivo da ARS Algarve, I.P. sob proposta do Director Executivo, escolhido de entre Médicos de Medicina Geral e Familiar, com pelo menos o grau de Consultor, com experiência efectiva na especialidade e a exercer funções no ACES Sotavento, cujas competências são as adiante designadas:
  - i. Assegurar em continuidade as actividades decorrentes das competências do Conselho Clínico;
  - ii. Convocar as reuniões do Conselho e dirigir as mesmas;
  - iii. Coordenar as actividades do Conselho;
  - iv. Exercer voto de qualidade;
- c) Os Vogais do Conselho Clínico são designados pelo Conselho Directivo ARS Algarve, I.P., sob proposta do Presidente do Conselho Clínico:
  - i. Um Médico da especialidade de Saúde Pública com pelo menos o grau de Consultor, com experiência efectiva na especialidade e a exercer funções no ACES Sotavento;
  - ii. Um Enfermeiro com a categoria de pelo menos Enfermeiro Especialista, com experiência efectiva nos Cuidados de Saúde Primários e a exercer funções no ACES Sotavento;
  - iii. Um profissional designado de entre os profissionais de saúde do ACES Sotavento;
- d) Os membros do Conselho Clínico devem possuir conhecimentos técnicos em Cuidados de Saúde Primários, prática em processos de garantia de qualidade dos cuidados e em processos de auditoria, bem como dominar as técnicas de gestão de risco;
- e) A nomeação do conselho clínico é realizada por um período de três anos, podendo ser renovável por igual período, podendo esta ser dada por finda, a todo o tempo;

*K* *11*  
*[Signature]*

- i. No termo do prazo fixado para o exercício do cargo;
  - ii. Na data da tomada de posse noutro cargo ou função incompatíveis com o exercício das funções de membro do conselho clínico;
  - iii. Por renúncia, mediante carta dirigida ao presidente do conselho directivo da ARS Algarve, I. P.;
  - iv. Por acordo entre o membro do conselho clínico e o conselho directivo da ARS Algarve, I. P.;
  - v. Por deliberação do conselho directivo da ARS Algarve, I. P., com fundamento em incumprimento dos deveres de membro do conselho clínico;
  - vi. Por incumprimento ou desvios graves e sem justificação atendível, do contrato-programa;
  - vii. Na sequência de procedimento disciplinar
- f) Os membros do conselho clínico podem ser dispensados parcialmente do exercício das suas funções profissionais;

4. Do Conselho da Comunidade:

A sua composição, designação e competências são as constantes na Subsecção IV do decreto-lei 28/2008 de 22 de Fevereiro.

**ARTIGO 13.º**

**FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS**

- 1. O Director Executivo reúne e reporta regularmente ao Presidente do Conselho Directivo da ARS Algarve, I.P., ou em quem ele delegar;
- 2. O Conselho Executivo:
  - a. O Conselho Executivo reúne-se ordinariamente de 90 em 90 dias e, extraordinariamente, quando seja convocado a pedido de algum dos seus elementos;
  - b. O funcionamento do Conselho Executivo será objecto de regulamento próprio a aprovar pelos seus membros;
- 3. O Conselho Clínico:
  - a. O conselho clínico reúne-se ordinariamente de trinta em trinta dias e, extraordinariamente, quando seja convocado a pedido de algum dos seus elementos ou do Director Executivo;
  - b. O funcionamento do Conselho Clínico será objecto de regulamento próprio a aprovar pelos seus membros;
- 4. O Conselho da Comunidade

- a. O Conselho da Comunidade reúne-se ordinariamente de seis em seis meses e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a pedido de dois terços dos seus membros;
- b. O funcionamento do Conselho da Comunidade será objecto de regulamento próprio a aprovar pelos seus membros;
- c. O Conselho da Comunidade tem como competências:
  - i. Dar parecer sobre os planos plurianuais e anuais de actividades do ACES Sotavento e respectivos orçamentos, antes de serem aprovados;
  - ii. Acompanhar a execução dos planos de actividade, podendo para isso obter do director executivo do ACES Sotavento, as informações necessárias;
  - iii. Alertar o director executivo para factos reveladores de deficiências graves na prestação de cuidados de saúde;
  - iv. Dar parecer sobre o relatório anual de actividades e a conta de gerência, apresentados pelo director executivo;
  - v. Assegurar a articulação do ACES Sotavento, em matérias de saúde, com os municípios da sua área geográfica;
  - vi. Propor acções de educação e promoção da saúde e de combate à doença a realizar pelo ACES Sotavento em parceria com os municípios e demais instituições representadas no conselho da comunidade;
  - vii. Dinamizar associações e redes de utentes promotoras de equipas de voluntariado.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **NORMAS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA**

##### **ARTIGO 14.º**

##### **TIPOLOGIA DOS SERVIÇOS**

O ACES Sotavento encontra-se organizado em duas áreas distintas:

1. Serviços de prestação de cuidados;
2. Serviços de apoio.



**SECÇÃO I**  
**SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS**

**ARTIGO 15.º**

**ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS**

1. O ACES Sotavento é constituído por diferentes unidades de prestação de cuidados as quais se organizam em Unidades Funcionais:

- a) Unidades de Saúde Familiar;
- b) Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados;
- c) Unidades de Cuidados na Comunidade;
- d) Uma Unidade de Saúde Pública;
- e) Uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados;
- f) Outras Unidades ou serviços a designar, propostas pela ARS  
Algarve, I.P. se consideradas necessárias.

2. Sem prejuízo da criação de outras unidades funcionais, as actualmente existentes estão identificadas no Anexo I, ao presente Regulamento.

**ARTIGO 16.º**

**CARACTERÍSTICAS COMUNS**

Cada unidade funcional é constituída por uma equipa multiprofissional, com autonomia organizativa e técnica e actua em intercooperação com as demais unidades funcionais do centro de saúde e do ACES Sotavento.

**ARTIGO 17.º**

**UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR**

- 1. As USF enquanto unidades integradas em ACES, são reguladas por legislação específica, Decreto-Lei n.º 298/2007;
- 2. As USF são as unidades elementares de prestação de cuidados de saúde, individuais e familiares, que assentam em equipas multiprofissionais, constituídas por médicos, por enfermeiros e por pessoal administrativo;

3. A actividade das USF desenvolve-se com autonomia organizativa, funcional e técnica, integrada numa lógica de rede com outras unidades funcionais do centro de saúde ou da unidade local de saúde;
4. O plano de acção da USF traduz o seu programa de actuação na prestação de cuidados de saúde de forma personalizada e contém o compromisso assistencial, os seus objectivos, indicadores e metas a atingir nas áreas da acessibilidade, desempenho assistencial, qualidade e eficiência.

#### **ARTIGO 18.º**

##### **UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS**

1. As UCSP têm estrutura idêntica à prevista para as USF e prestam cuidados personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos;
2. As equipas das UCSP são composta por médicos, enfermeiros e administrativos não integrados em USF.

#### **ARTIGO 19.º**

##### **UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE**

1. A organização e o funcionamento das unidades de cuidados na comunidade (UCC) dos agrupamentos de centros de saúde (ACES) estão regulamentados no Despacho n.º 10143/2009.
2. A actividade das UCC desenvolvem-se com autonomia organizativa e técnica, em inter cooperação com as demais unidades funcionais do ACES Sotavento, sem prejuízo da necessária articulação interinstitucional e intersectorial, indispensável ao cumprimento da sua missão.
3. As UCC prestam cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e actua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção;
4. As equipas das UCC são composta por enfermeiros, assistentes sociais, médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas da fala e outros profissionais, consoante as necessidades e a disponibilidade de recursos;
5. O ACES Sotavento participa, através das UCC, na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, integrando a equipa coordenadora local;
6. Às UCC compete constituir a equipa de cuidados continuados integrados, prevista no Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho.

*h*

*Ar*  
*g*

**ARTIGO 20.º**

**UNIDADE DE RECURSOS ASSISTENCIAIS PARTILHADOS**

1. A URAP presta serviços de consultoria e assistenciais às unidades funcionais referidas nos artigos anteriores e organiza as ligações funcionais aos serviços hospitalares;
2. A equipa da URAP é composta por médicos de várias especialidades, que não de medicina geral e familiar e de saúde pública, bem como assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, e outros profissionais não afectos totalmente a outras unidades funcionais.

**ARTIGO 21.º**

**UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

1. A USP Sotavento funciona como observatório de saúde da área geodemográfica do ACES Sotavento, competindo-lhe, designadamente, elaborar informação e planos em domínios da saúde pública, proceder à vigilância epidemiológica, gerir programas de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e protecção da saúde da população em geral ou de grupos específicos e colaborar, de acordo com a legislação respectiva, no exercício das funções de autoridade de saúde;
2. A equipa da USP Sotavento é composta por três médicos de saúde pública, enfermeiros de saúde pública, de saúde comunitária ou outros e técnicos de saúde ambiental, integrando ainda, em permanência ou em colaboração temporária, outros profissionais que forem considerados necessários na área da saúde pública;
3. As funções de autoridade de saúde são exercidas no ACES Sotavento, por médicos de saúde pública, que são nomeados nos termos de legislação própria.  
A autoridade de saúde do ACES Sotavento integra-se na cadeia hierárquica directa das autoridades de saúde, nos termos do disposto na base XIX da Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto e Decreto-Lei n.º 81/2009 de 2 de Abril;
4. O Coordenador da USP Sotavento indica, de entre os profissionais de saúde pública dos ACES Sotavento, e sempre que solicitado, o seu representante nos órgãos municipais ou de outras instituições com responsabilidades de saúde.

**ARTIGO 22.º**

**SERVIÇO DE URGÊNCIA BÁSICA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

1. Desde a data de oficialização da Rede de Urgência (Fevereiro de 2009) até à presente data, a ARS Algarve, I.P. aguarda orientações para a criação formal desta unidade no âmbito do ACES Sotavento;

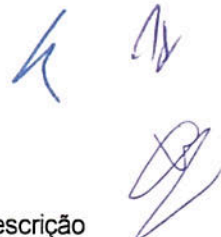


2. Por deliberação do Conselho Directivo da ARS Algarve I.P. de 21/10/2009 até à publicação da Portaria que crie esta unidade, a sua jurisdição e coordenação cabe ao Director Executivo e Conselho Clínico do ACES Sotavento.

### **ARTIGO 23.º**

#### **COORDENAÇÃO DAS UNIDADES FUNCIONAIS**

1. Cada unidade funcional de cuidados de saúde tem um coordenador.
2. A designação dos coordenadores das unidades é feita pelo Director Executivo depois de ouvido o Conselho Clínico, de entre profissionais com perfil adequado, segundo critérios de formação, competência e experiência.
  - 2.1. Constituem critérios preferenciais de designação:
    - a) A competência demonstrada no exercício de funções de coordenação e gestão de equipa na área dos cuidados de saúde primários;
    - b) A competência técnica;
    - c) A formação em gestão, preferencialmente na área da saúde.
3. A nomeação é feita por três anos, podendo esta ser dada por finda, a todo o tempo:
  - a) Por incumprimento ou desvios graves, e sem justificação atendível, do contrato-programa;
  - b) Na sequência de procedimento disciplinar;
  - c) Por requerimento do interessado.
4. A composição das Unidades Saúde Familiares (USF) é determinada pelos diplomas legais vigentes;
5. O coordenador da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) é designado de entre os médicos especialistas de medicina geral e familiar habilitado com o grau de consultor com pelo menos cinco anos de experiência efectiva na especialidade;
6. O coordenador da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) é designado de entre enfermeiros com pelo menos a categoria de enfermeiro especialista e com experiência efectiva na respectiva área profissional;
7. O coordenador da Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) é designado de entre profissionais de saúde, com pelo menos cinco anos de experiência na respectiva área profissional;
8. O coordenador da Unidade de Saúde Pública (USP) é designado de entre médicos da especialidade de saúde pública habilitados com pelo menos o grau de consultor e com experiência efectiva na especialidade.



**ARTIGO 24.º**

**REGULAMENTOS INTERNOS**

1. As unidades deverão elaborar os respectivos regulamentos com a identificação e descrição da respectiva orgânica e respectivos procedimentos;
2. Estes regulamentos deverão ser elaborados pelos coordenadores das unidades, tendo presente, os princípios e normas a cumprir em função da estratégia global definida para o ACES Sotavento;
3. Os Regulamentos são aprovados pelo Director Executivo do ACES Sotavento e poderão, excepcionalmente, sofrer alterações e ou adaptações anuais sempre que a dinâmica dos próprias unidades funcionais o aconselhar.

**SECÇÃO II**

**SERVIÇOS DE APOIO**

**ARTIGO 25.º**

**SERVIÇOS DE APOIO**

No ACES Sotavento funcionam, na dependência da direcção, os seguintes serviços de apoio:

1. Unidade de Apoio à Gestão (UAG); e
2. Gabinete do Cidadão.

**ARTIGO 26.º**

**UNIDADE DE APOIO À GESTÃO**

1. A unidade de apoio à gestão (UAG), organizada numa lógica de concentração dos serviços não assistenciais do ACES Sotavento, presta apoio administrativo e geral à direcção, ao conselho clínico e às unidades funcionais, cabendo-lhe designadamente:
  - a. Prestar assessoria técnica em todos os domínios da gestão do ACES Sotavento;
  - b. Acompanhar a execução dos contratos-programa;
  - c. Colaborar na elaboração dos planos de actividade e orçamentos e acompanhar a respectiva execução;
  - d. Analisar a eficácia das políticas de gestão dos recursos humanos, dos equipamentos e financeira e elaborar os respectivos relatórios anualmente e quando solicitados pelo director;
  - e. Monitorizar e disponibilizar informação de apoio à gestão;

- f. Assegurar e organizar os procedimentos administrativos respeitantes à gestão de bens e equipamentos afectos ao ACES Sotavento e garantir o controlo de consumos;
  - g. Assegurar o aprovisionamento, gestão e controlo de vacinas contraceptivos e demais medicamentos e material de consumo clínico;
  - h. Coordenar os serviços de segurança, apoio e vigilância ao ACES Sotavento e suas unidades funcionais.
2. A unidade de apoio à gestão exerce as suas funções em articulação com os serviços de apoio da ARS Algarve, I.P., nomeadamente através da utilização de serviços partilhados e preferencialmente através de um interlocutor dedicado;
3. A unidade de apoio à gestão tem um responsável, designado pelo director do ACES Sotavento, de entre licenciados com experiência e formação preferencial nas áreas de economia, gestão ou administração e experiência na área da saúde.

#### **ARTIGO 27.º**

##### **GABINETE DO CIDADÃO**

- 1. O Gabinete do Cidadão localiza-se na sede do ACES Sotavento e tem como responsável um Técnico de Serviço Social a trabalhar no agrupamento;
- 2. O Gabinete do Cidadão organiza canais de comunicação com cada unidade funcional do ACES Sotavento;
- 3. Compete especialmente ao Gabinete do Cidadão:
  - a. Verificar as condições de acesso dos utentes aos cuidados de saúde;
  - b. Informar os utentes dos direitos e deveres como utilizadores dos cuidados de saúde primários;
  - c. Receber observações, sugestões e reclamações dos utentes, relativas aos cuidados prestados e responder às mesmas;
  - d. Verificar regularmente o grau de satisfação dos utentes do ACES Sotavento.

#### **SECÇÃO III**

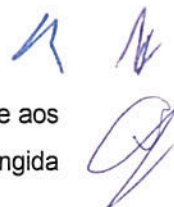
##### **FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA DE GESTÃO**

#### **ARTIGO 28.º**

##### **FUNCIONAMENTO**

- 1. As Unidades Funcionais de Prestação de Cuidados de Saúde do ACES Sotavento devem funcionar entre as oito horas e as vinte horas, nos dias úteis, podendo o horário de





funcionamento ser alargado até às vinte e quatro horas, nos dias úteis, e, eventualmente aos sábados domingos e feriados, em função das necessidades da população, da área abrangida e da disponibilidade de recursos;

2. As Unidades de Cuidados na Comunidade, sempre que os recursos humanos o permitam, deverão estender a prestação de cuidados aos fins-de-semana numa lógica de cuidados domiciliários integrados.

#### **ARTIGO 29.º**

##### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

O director executivo designa, em cada centro de saúde, um coordenador de unidade funcional como seu representante, quer para contactos com a comunidade, quer para a gestão quotidiana das instalações e equipamentos do centro de saúde.

#### **ARTIGO 30.º**

##### **ESTRUTURA DE GESTÃO**

1. O ACES Sotavento organiza-se em Centros de Custo, constituindo-se como Centro de Custo cada Unidade Funcional de acordo com as regras em vigor para a contabilidade pública.
2. Sempre que se justifique, alguns programas/actividades específicas constantes do plano de actividades, podem vir a constituir centros de custo transversais a todo o ACES Sotavento e após aprovação do Conselho Directivo da ARS Algarve, I. P.

#### **CAPÍTULO V**

##### **GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

#### **ARTIGO 31.º**

##### **INSTRUMENTOS DE GESTÃO**

São instrumentos de gestão do ACES Sotavento:

1. O regulamento interno;
2. Os planos plurianuais e anuais de actividades e respectivos orçamentos;
3. Os relatórios de actividades;
4. O contrato-programa;
5. Auditorias internas e externas.



**ARTIGO 32.º**  
**CONTRATOS-PROGRAMA**

1. Para efeitos do presente regulamento, contrato-programa é o acordo celebrado entre o Director Executivo do ACES Sotavento e o Conselho Directivo da ARS Algarve, IP, pelo qual se estabelecem, qualitativa e quantitativamente, os objectivos do ACES e os recursos afectados ao seu cumprimento e se fixam as regras relativas à respectiva execução;
2. O contrato-programa é celebrado anualmente, devendo, designadamente:
  - a. Delimitar o âmbito, prioridades e modalidades da prestação de cuidados e serviços de saúde, contemplando os programas nacionais e assegurando a sua harmonização e coerência em todo o Sistema Nacional de Saúde;
  - b. Estabelecer objectivos e metas quantitativas em cada uma das áreas de intervenção do ACES Sotavento;
  - c. Prever indicadores de controlo da qualidade das prestações de cuidados de saúde;
  - d. Definir instrumentos de acompanhamento e avaliação das actividades assistenciais e económico -financeiras do ACES Sotavento;
  - e. Prever o tempo e o modo da atribuição de recursos, em função do cumprimento das metas qualitativas e quantitativas estabelecidas;
  - f. Estabelecer as regras a que devem obedecer as unidades do ACES Sotavento a fim de poderem funcionar como centros de produção e de custos;
  - g. Estabelecer os mecanismos para a continuidade da prestação de cuidados, em especial os relativos à articulação funcional com a rede de cuidados diferenciados e a rede de cuidados continuados integrados;
  - h. Prever as modalidades de apoio técnico da ARS Algarve, I. P., à gestão do ACES Sotavento.

**ARTIGO 33.º**  
**RECEITAS E DESPESAS**

- 1 — O ACES Sotavento é financiado pelo orçamento do Serviço Nacional de Saúde, através da afectação de verba do orçamento da ARS Algarve, I. P., constituindo ainda as suas receitas:
  - a) Os rendimentos dos bens próprios;
  - b) O produto da cobrança das taxas moderadoras;
  - c) As quantias cobradas por serviços prestados a entidades e subsistemas públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;
  - d) Os saldos das gerências anteriores que transitem automaticamente;

- e) Quaisquer receitas que por lei, contrato ou qualquer outro título lhe sejam atribuídas.
- 2 — Constituem despesas do ACES Sotavento:
- a) Os encargos com o funcionamento dos seus serviços e com a prossecução das atribuições que lhe são confiadas;
  - b) Os encargos resultantes de execução de planos, programas anuais e plurianuais;
  - c) Os custos de aquisição, construção e manutenção de bens, equipamentos e serviços, de acordo com o Plano de Investimentos aprovado pelo Conselho Directivo.
- 3— As receitas e despesas são classificadas de acordo com o POCMS.

#### **ARTIGO 34.º**

##### **INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO**

- 1 — A valorização, a reintegração e avaliação do património da ARS Algarve, I. P. afecto ao ACES Sotavento devem ser efectuadas regularmente, assim como a constituição do património, de acordo com as orientações do Conselho Directivo;
- 2 — O ACES Sotavento assume, relativamente às instalações e equipamentos, o compromisso de zelar pelo património que lhe está afecto, mantendo actualizado o inventário do material.

#### **ARTIGO 35.º**

##### **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas deve ser realizada de acordo com os procedimentos previstos na legislação em vigor e nos termos dos procedimentos aprovados pelo Conselho Directivo.

#### **ARTIGO 36.º**

##### **ORGANOGRAMA**

O ACES Sotavento dispõe de um organograma, de acordo com a estrutura e recursos que integra, que deverá ser ajustado às alterações que venham a ter lugar.



**ARTIGO 37.º**

**PLANO DE SEGURANÇA**

- 1 — Todo o equipamento e instalações deverão estar conforme as normas de higiene e segurança em vigor, incluindo o armazenamento de produtos tóxicos;
- 2 — Deverá existir um sistema de protecção contra o roubo e o equipamento para a detecção e extinção de incêndios;
- 3 — Deverá existir um plano de emergência do ACES Sotavento elaborado em colaboração entre o Director deste ACES Sotavento e o Serviço de Protecção Civil;
- 4— Deverá também existir um plano de gestão de resíduos hospitalares, bem como normas que assegurem o controlo de infecções.

**CAPÍTULO VI**

**DA LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE**

**ARTIGO 38.º**

**RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE**

1. Além do Conselho da Comunidade o ACES Sotavento relaciona-se com os agentes da comunidade através da sua representação em diferentes organizações da sociedade o que lhe proporcionará um relacionamento dinâmico com a comunidade que serve;
2. O ACES Sotavento deverá promover Programas e Acções concretas que fomentem tal relacionamento, procurando desenvolver uma política de interacção e abertura à comunidade;
3. O ACES Sotavento deverá realizar acções conjuntas com outras instituições, quer se situem na área de saúde, quer noutras, nomeadamente: Segurança Social, Acção Social, Educação, Autarquias, ONGS, IPSS ou outras instituições públicas ou privadas.

**CAPÍTULO VII**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**ARTIGO 39.º**

**INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LACUNAS DO REGULAMENTO**

É da competência do Conselho Executivo, mediante aprovação do Conselho Directivo da ARS Algarve, I.P. a regulamentação e a definição de normas complementares ou interpretativas para a aplicação do presente regulamento interno.

**ARTIGO 40.º**

**REVISÃO DO REGULAMENTO**

O presente regulamento Interno poderá ser revisto pelo Conselho Executivo do ACES Sotavento sempre que julgado conveniente, dependendo sempre de aprovação do Conselho Directivo da ARS Algarve, I.P.

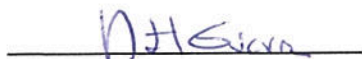
**ARTIGO 41.º**

**ENTRADA EM VIGOR**

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua aprovação.

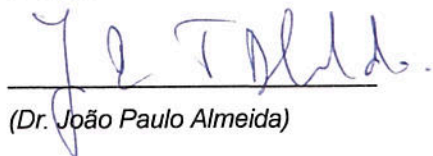
**O Conselho Executivo,**

**Directora Executiva**



(Dra. Lurdes Guerreiro)

**Presidente do Conselho Clínico**



(Dr. João Paulo Almeida)

**Presidente do Conselho da Comunidade**



(Dr. Francisco Amaral)

**ANEXO I**

**Lista de Endereços Unidades do ACES Sotavento**

<b>Nome</b>	<b>Morada</b>	<b>Telefone</b>	<b>Fax</b>	<b>E-mail</b>
Direcção do ACES	Estrada de Santa Luzia 8800-534 Tavira	281329000	281329005	<a href="mailto:acessotavento@acessotavento.min-saude.pt">acessotavento@acessotavento.min-saude.pt</a>
USF 'Balsa'	Estrada de Santa Luzia 8800-534 Tavira	281329006	281329007	<a href="mailto:usfbalsa@acessotavento.min-saude.pt">usfbalsa@acessotavento.min-saude.pt</a>
USF 'Guadiana' (VRSA/C. Marim)	Av. Duarte Pacheco, 8900-211 Vila Real de Santo António	281530274	281531917 281512645	<a href="mailto:usfguadiana@acessotavento.min-saude.pt">usfguadiana@acessotavento.min-saude.pt</a>
UCSP Mar	Estrada de Santa Luzia 8800-534 Tavira	281329000	281329005	<a href="mailto:ucsp-mar@acessotavento.min-saude.pt">ucsp-mar@acessotavento.min-saude.pt</a>
UCSP 'Real Clinic'	Av. Duarte Pacheco, 8900-211 Vila Real de Santo António	281530273	281512645	<a href="mailto:ucsp-realclinic@acessotavento.min-saude.pt">ucsp-realclinic@acessotavento.min-saude.pt</a>
UCSP 'Aleo'	Estrada Municipal, 507 8970-053 Alcoutim	281540140	281540149	<a href="mailto:ucsp-aleo@acessotavento.min-saude.pt">ucsp-aleo@acessotavento.min-saude.pt</a>
UCC 'Talabriga'	Estrada de Santa Luzia 8800-534 Tavira	281329000	281329005	<a href="mailto:uccalabriga@acessotavento.min-saude.pt">uccalabriga@acessotavento.min-saude.pt</a>
UCC 'St.º António de Arenilha'	Av. Duarte Pacheco, 8900-211 Vila Real de Santo António	281530270	281512645	<a href="mailto:ucc-saarenilha@acessotavento.min-saude.pt">ucc-saarenilha@acessotavento.min-saude.pt</a>
USP Sotavento	Estrada de Santa Luzia 8800-534 Tavira	281329009	281329005	<a href="mailto:saudepublica-tvr@acessotavento.min-saude.pt">saudepublica-tvr@acessotavento.min-saude.pt</a>
URAP Sotavento	Estrada de Santa Luzia 8800-534 Tavira	281329000	281329005	<a href="mailto:urap-sotavento@acessotavento.min-saude.pt">urap-sotavento@acessotavento.min-saude.pt</a>
SUB (VRSA)	Av. Duarte Pacheco, 8900-211 Vila Real de Santo António	281530100	281531917	<a href="mailto:subvrsa@acessotavento.min-saude.pt">subvrsa@acessotavento.min-saude.pt</a>